

CONSTITUIÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Nós, os representantes dos Maçons do Grande Oriente do Brasil, reunidos em Assembléia Federal Constituinte, sob a invocação do Grande Arquiteto do Universo, estabelecemos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

TÍTULO I

Da Maçonaria e seus Princípios

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais da Maçonaria e dos Postulados Universais da Instituição

Art. 1º A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são: LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE. Além disso:

I – proclama que os homens são livres e iguais em direitos e que a tolerância constitui o princípio cardeal nas relações humanas, para que sejam respeitadas as convicções e a dignidade de cada um;

II – defende a plena liberdade de expressão do pensamento, como direito fundamental do ser humano, observada correlata responsabilidade;

III – reconhece o trabalho como dever social e direito inalienável;

IV – considera Irmãos todos os Maçons, quaisquer que sejam suas raças, nacionalidades, convicções ou crenças;

V – sustenta que os Maçons têm os seguintes deveres essenciais: amor à família, fidelidade e devotamento à Pátria e obediência à lei;

VI – determina que os Maçons estendam e liberalizem os laços fraternais que os unem a todos os homens esparsos pela superfície da terra;

VII – recomenda a divulgação de sua doutrina pelo exemplo e pela palavra e combate, terminantemente, o recurso à força e à violência para a consecução de quaisquer objetivos;

VIII – adota sinais e emblemas de elevada significação simbólica;

IX – defende que nenhum Maçon seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

X – condena a exploração do homem, os privilégios e as regalias, enaltecendo, porém, o mérito da inteligência e da virtude, bem como o valor demonstrado na prestação de serviços à Ordem, à Pátria e à Humanidade;

XI – afirma que o sectarismo político, religioso e racial são incompatíveis com a universalidade do espírito maçônico.

XII – combate a ignorância, a superstição e a tirania;

Art. 2º São postulados universais da Instituição Maçônica:

I – a existência de um princípio criador: o Grande Arquiteto do Universo;

II – o sigilo;

III – o simbolismo da Maçonaria Universal;

IV – a divisão da Maçonaria Simbólica em três graus;

V – a Lenda do Terceiro Grau e sua incorporação aos Rituais;

VI – a exclusiva iniciação de homens;

VII – a proibição de discussão ou controvérsia sobre matéria político-partidária, religiosa e racial, dentro dos templos ou fora deles, em seu nome;

VIII – a manutenção das Três Grandes Luzes da Maçonaria: o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso, sempre à vista, em todas as sessões das Lojas;

IX – o uso do avental nas sessões.

CAPÍTULO II Do Grande Oriente Do Brasil

Art. 3º O Grande Oriente do Brasil, fundado em 17 de junho de 1822, é uma Instituição Maçônica com personalidade jurídica de direito privado, simbólica, regular, legal e legítima, sem fins lucrativos, com sede própria e foro no Distrito Federal na SGAS - Quadra 913 – Conjunto “H”. É constituído como Federação indissolúvel dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, das Lojas Maçônicas Simbólicas e dos Triângulos.

Art. 4º O Grande Oriente do Brasil é regido por esta Constituição. Não divide a sua autoridade, nem a subordina a quem quer que seja. Tem jurisdição nacional e autoridade sobre os três graus simbólicos. É o único poder de onde emanam leis para o governo da Federação. Age perante os problemas nacionais e humanos de maneira própria e independente. Mantém, com as demais Potências Maçônicas, relações de fraternidade e é o responsável pelo cumprimento e manutenção da lei maçônica.

Parágrafo único – serão respeitados os *LANDMARKS*, os postulados universais e os princípios da Instituição Maçônica.

Art. 5º A soberania do Grande Oriente do Brasil emana do povo maçônico; e em seu nome é exercida pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si, sendo vedada a delegação de atribuições entre eles.

Art. 6º O patrimônio do Grande Oriente do Brasil é constituído de bens móveis, imóveis, de valores e bens de direito. Os bens imóveis somente poderão ser gravados, alienados, permutados, doados ou cedido o uso, com autorização da Soberana Assembléia Federal Legislativa. Os bens móveis poderão ser vendidos com base no preço de mercado à época da alienação, observado o processo licitatório.

§ 1º As receitas do Grande Oriente do Brasil, que deverão ser aplicadas no País, serão ordinárias ou extraordinárias; para aquelas quando obtidas de seus membros via capitação; para estas quando por doações, serviços prestados; alugueres de seus próprios ou de materiais fornecidos.

§ 2º Constituem patrimônio histórico do Grande Oriente do Brasil as três Lojas que lhe deram origem: COMÉRCIO E ARTES, UNIÃO E TRANQUILIDADE e ESPERANÇA DE NICTHEROY, as quais não poderão abater colunas;

§ 3º As Lojas referidas no parágrafo anterior, com sede no Rio de Janeiro, e a Loja Estrela de Brasília n.º 1484, primaz de Brasília, jurisdicionam-se diretamente ao Poder Central e sujeitam-se às obrigações pecuniárias por ele instituídas.

CAPÍTULO III

Dos Grandes Orientes dos Estados, do Distrito Federal e das Delegacias Regionais

Art. 7º O Regulamento Geral da Federação fixará os requisitos para a criação, instalação e funcionamento dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, bem assim o relacionamento destes com o Grande Oriente do Brasil.

§ 1º Os Grandes Orientes a serem criados serão instituídos por Lojas Maçônicas neles sediadas, desde que em número não inferior a treze.

§ 2º A expressão “Federado ao Grande Oriente do Brasil” figurará, obrigatoriamente, como complemento do título distintivo do Grande Oriente do Estado e do Distrito Federal.

Art. 8º Os Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal têm por escopo o progresso e o desenvolvimento da Maçonaria em suas respectivas jurisdições e são regidos por esta Constituição, pelo Regulamento Geral da Federação, pela Constituição que adotarem, bem como pela legislação ordinária.

Art. 9º As sedes e foros dos Grandes Orientes dos Estados serão sempre nas Capitais e a do Distrito Federal, em Brasília.

Art. 10. O patrimônio dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal é independente com os do Grande Oriente do Brasil e das Lojas, e é constituído de bens

móveis, imóveis, de valores e bens de direito, os quais somente poderão ser gravados, alienados, permutados, doados, bem como cedido o uso, com autorização de suas respectivas Assembléias Legislativas, enquanto que os bens móveis poderão ser alienados com base no preço de mercado à época da alienação, observado o processo licitatório.

Art. 11. Os órgãos da administração dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal terão, no que couber, nas respectivas jurisdições, as mesmas atribuições dos órgãos similares da administração do Grande Oriente do Brasil, obedecidas as restrições impostas por esta Constituição e pelo Regulamento Geral da Federação.

Art. 12. Os Grão-Mestres dos Estados e o do Distrito Federal, e seus Adjuntos, serão eleitos conjuntamente, para um mandato de quatro anos, em oficina eleitoral instalada no Estado ou no Distrito Federal, pelo sufrágio direto dos Mestres Maçons das Lojas jurisdicionadas aos respectivos Grandes Orientes, em um único turno, em data única, no mês de março do último ano do mandato, permitida uma reeleição.

§ 1º A posse dos eleitos dar-se-á no mês de junho, perante a respectiva Assembléia Legislativa.

§ 2º Os eleitos tem suas competências conferidas por esta Constituição e pelo Regulamento Geral da Federação, sem prejuízo de outras que lhes venham a ser outorgadas pelas Constituições Estaduais e a do Distrito Federal.

§ 3º Inclui-se nas competências do parágrafo anterior a de propor ação de inconstitucionalidade de lei e de ato normativo, estendendo-se essa faculdade às Mesas Diretoras das Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 13. Nos Estados onde não houver Grandes Orientes poderão ser criadas Delegacias Regionais, desde que existam em funcionamento regular pelo menos três Lojas federadas ao Grande Oriente do Brasil.

Parágrafo primeiro. A nomeação dos titulares das Delegacias Regionais é da competência do Grão-Mestre Geral e recairá em Mestres Maçons, conforme o disposto no Regulamento Geral da Federação que, disporá sobre o funcionamento dessas Delegacias, suas atribuições e competências.

Parágrafo segundo. O título de Delegado é de uso exclusivo do Grão-Mestre Geral, sendo vedado o seu uso nos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal.

TÍTULO II
Da Loja e do Triângulo
CAPÍTULO I
Da Organização

Art. 14. Os Maçons agremiam-se em oficinas de trabalho denominadas:

I – Loja: quando constituída por sete ou mais Mestres Maçons regulares em pleno gozo de seus direitos maçônicos;

II – Triângulo: se constituído de três a seis Mestres Maçons regulares em pleno gozo de seus direitos maçônicos.

§ 1º Em Município onde já exista Loja federada ao Grande Oriente do Brasil, só poderá ser constituída outra com um mínimo de vinte e um Mestres Maçons regulares em pleno gozo de seus direitos maçônicos.

§ 2º Em local onde não exista Grande Oriente do Estado, o Grão-Mestre Geral poderá aprovar a criação de Lojas com número de Mestres Maçons inferior ao estipulado no parágrafo anterior, desde que, fundamentadamente, seja pleiteado por, pelo menos, sete membros fundadores.

§ 3º Em local onde não exista Grande Oriente do Estado, o Grão-Mestre Geral poderá aprovar a criação de Triângulos.

Art. 15. Onde não exista Grande Oriente do Estado e enquanto não for expedida a Carta Constitutiva, a Loja poderá funcionar provisoriamente, se autorizada pelo Grão-Mestre Geral.

Art. 16. O funcionamento provisório, bem como a extinção de Lojas, será estabelecido no Regulamento Geral da Federação.

Parágrafo único. O Regulamento Geral da Federação disporá sobre os direitos, deveres, obrigações e requisitos fundamentais que deverão constar do Estatuto das Lojas.

Art 17. A autonomia da Loja será assegurada:

I – pela eleição, por maioria simples da respectiva Administração e de seu Orador, que é membro do Ministério Público;

II – pela administração própria, no que diz respeito ao seu peculiar interesse e às suas necessidades, tais como:

- a) fixação e arrecadação das contribuições de sua competência;
- b) aplicação de suas rendas;
- c) organização e manutenção de serviços assistenciais, sociais, cívicos e de ordem cultural;
- d) pela utilização e gestão de seu patrimônio.

III – pelas eleições de Deputados e seus Suplentes, tanto à Soberana Assembléia Federal Legislativa quanto à Assembléia Estadual e Distrital Legislativa.

IV – pelas eleições do Grão-Mestre Geral e de seu Adjunto, bem como do Grão-Mestre Estadual ou do Distrito Federal e de seus Adjuntos.

Art. 18. A expressão "Federada ao Grande Oriente do Brasil" figurará, obrigatoriamente, como complemento do título distintivo da Loja, seguida de seu número e será inserida em todos os impressos, papéis e documentos, bem como a expressão "Jurisdicionada ao", seguida do nome do Grande Oriente a que se jurisdicione.

Parágrafo único. A denominação da Loja não poderá ser dada em homenagem a pessoa viva.

Art. 19. A Loja será federada ao Grande Oriente do Brasil, através de sua Carta Constitutiva na qual consta sua inscrição no Registro Geral da Federação. Estará administrativamente jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil, onde exista Delegacia do Grão-Mestrado, ou ao Grande Oriente do Estado ou do Distrito Federal, de acordo com sua localização territorial.

CAPITULO II Da Administração da Loja

Art. 20. A administração da Loja é composta pelo Venerável Mestre, 1º Vigilante, 2º Vigilante e demais dignidades eleitas, conforme o Estatuto e o Rito determinarem. O Orador, nos Ritos que possuem este cargo, é membro do Ministério Público.

Art. 21. Os cargos de Loja são eletivos e de nomeação, somente podendo ser eleitos ou nomeados Mestres Maçons que forem membros efetivos de seu Quadro e que estejam em pleno gozo de seus direitos maçônicos.

§ 1º A eleição na Loja será realizada no mês de maio e a posse dar-se-á no mês de junho do mesmo ano, permitida uma reeleição. Os cargos serão exercidos pelo prazo de um ou dois anos, de acordo com o que dispuser o Estatuto da Loja, sendo que, para o mandato de dois anos as eleições realizar-se-ão nos anos ímpares.

§ 2º O Venerável é a primeira dignidade da Loja, competindo-lhe orientar e programar seus trabalhos e ainda exercer autoridade disciplinar sobre os membros do Quadro da Loja.

§ 3º Ao ser regularizada uma Loja a administração provisória permanecerá gerindo-a até a posse da administração eleita.

Art. 22. A Loja que não estiver em dia com suas obrigações pecuniárias para com o Grande Oriente do Brasil ou para com os Grandes Orientes dos Estados ou do Distrito Federal a que estiver jurisdicionada, poderá ter, por estes, em conjunto ou isoladamente, decretada a suspensão dos seus direitos, após 60 dias da respectiva notificação de débito, até final solução.

Art. 23. A Loja que deixar de funcionar, sem justo motivo, durante seis meses consecutivos, será declarada inativa por ato do Grão-Mestre Geral ou do Grão Mestre do Estado ou do Distrito Federal, conforme a quem esteja administrativamente jurisdicionada, e o trâmite estabelecido no Regulamento Geral da Federação.

§ 1º Para que a Loja possa voltar a funcionar, será necessário que a autoridade que a declarou inativa faça a devida comunicação de sua reativação à Secretaria Geral da Guarda dos Selos.

§ 2º O patrimônio da Loja declarada inativa será arrecadado e administrado pelo Grande Oriente a que estiver jurisdicionada, recebendo-o de volta se, no prazo de cinco

anos, reiniciar suas atividades. Findo esse prazo seu patrimônio incorporar-se-á, definitivamente, ao do Grande Oriente que o estiver administrando.

CAPITULO III Do Patrimônio da Loja

Art. 24. O patrimônio da Loja é independente do patrimônio do Grande Oriente do Brasil e do Grande Oriente a que estiver jurisdicionada, e é constituído de bens móveis, imóveis, assim como de valores e bens de direito, os quais somente poderão ser gravados, alienados, permutados ou doados bem como cedidos seu uso com prévia autorização da respectiva Assembléia Legislativa:

I – pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, quando se tratar de Loja jurisdicionada diretamente ao Poder Central;

II – pela Assembléia Legislativa do Estado ou do Distrito Federal, conforme sua jurisdição.

§ 1º Os bens imóveis só poderão ser gravados, alienados, permutados ou cedido seu uso e direitos, após a autorização da maioria absoluta de seus membros regulares, em sessão especialmente convocada.

§ 2º Os bens móveis poderão ser vendidos com base no preço de mercado à época da alienação, observado o processo licitatório.

§ 3º O patrimônio da Loja jamais será dividido entre os membros de seu Quadro.

CAPÍTULO IV Dos Deveres da Loja

Art. 25. São deveres da Loja:

I – elaborar seu Estatuto, submetendo-o à apreciação do Conselho Federal, exclusivamente e, após sua aprovação, proceder a registro no cartório competente.

II – cumprir e fazer cumprir esta Constituição, o Regulamento Geral da Federação, as leis, os atos administrativos, normativos e infralegais, bem como os atos jurisdicionais definitivos;

III – dedicar todo empenho à instrução e ao aperfeiçoamento moral e intelectual dos membros de seu Quadro, realizando sessões de instrução sobre História, Legislação, Simbologia e Filosofia maçônicas, sem prejuízo de outros temas;

IV - prestar assistência material e moral aos membros de seu Quadro, bem como aos dependentes de membros falecidos que pertenciam ao seu Quadro, de acordo com a possibilidade da Loja e as necessidades do assistido;

V - recolher ao Grande Oriente do Brasil e aos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal as taxas, emolumentos e contribuições ordinárias e extraordinárias legalmente estabelecidos;

VI – enviar, anualmente, à Secretaria Geral da Guarda dos Selos o Quadro de seus membros e, trimestralmente, as alterações cadastrais eventualmente ocorridas, na forma estabelecida pelo Regulamento Geral da Federação;

VII – enviar, anualmente, ao Grande Oriente do Brasil, ao Grande Oriente do Estado e ao do Distrito Federal a que estiver jurisdicionada, o relatório de suas atividades do exercício anterior, nos termos previstos no Regulamento Geral da Federação;

VIII – enviar cópia das propostas de admissão, filiação, regularização e das decisões de rejeição ou desistência de candidatos à admissão, à Secretaria da Guarda dos Selos do Grande Oriente dos Estados, do Distrito Federal, ou à Delegacia Regional a que estiver jurisdicionada, cabendo a esta, imediatamente, informar à Secretaria Geral da Guarda dos Selos, no prazo que o Regulamento Geral da Federação estabelecer;

IX – fornecer certidões aos Poderes da Ordem e aos membros do Quadro das Lojas;

X – solicitar autorização (*placet*) para iniciação de candidato ou regularização de Maçom à Secretaria da Guarda dos Selos do Grande Oriente dos Estados, do Distrito Federal, ou à Delegacia Regional a que estiver jurisdicionada;

XI – comunicar, de imediato, a iniciação, a elevação, a exaltação, a filiação, a regularização e o desligamento, bem como a suspensão dos direitos maçônicos dos membros de seu Quadro à Secretaria da Guarda dos Selos do Grande Oriente dos Estados, do Distrito Federal, ou à Delegacia Regional a que estiver jurisdicionada, cabendo a esta, imediatamente, informar à Secretaria Geral da Guarda dos Selos.

XII – assinar o Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil;

XIII – não imprimir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, assunto que envolva o nome do Grande Oriente do Brasil, sem sua expressa permissão;

XIV – fornecer atestado de freqüência aos membros de outras Lojas que assistirem às suas sessões;

XV – registrar em livro próprio, ou em outro meio, as freqüências dos membros de seu Quadro em outras Lojas, devolvendo os respectivos atestados;

XVI – cumprir e observar os preceitos litúrgicos do Rito em que trabalhar;

XVII – identificar os visitantes pelo exame de praxe ou pela apresentação de suas credenciais maçônicas, salvo se apresentados por membro de seu Quadro;

XVIII – expedir *placet* a membro do Quadro que o requerer.

CAPÍTULO V Das Proibições à Loja

Art. 26. A Loja não poderá:

I - admitir em seus trabalhos Maçons irregulares;

II - realizar sessões ordinárias⁴ nos feriados maçônicos e períodos de férias maçônicas, salvo as de pompas fúnebres.

CAPÍTULO VI Dos Direitos da Loja

Art. 27 São direitos da Loja:

I – elaborar seu Regimento Interno, com fundamento em seu Estatuto, podendo modificá-lo e adaptá-lo às suas necessidades.

II – admitir membros em seu Quadro por iniciação, filiação e regularização;

III – eleger Deputados e Suplentes à Soberana Assembléia Federal Legislativa, e à Assembléia Legislativa do Estado ou do Distrito Federal, a cada quadriênio, no mês de maio dos anos ímpares ou a qualquer tempo, para complementação de legislatura em curso, no caso da Loja passar a funcionar após o início de um período legislativo;

IV – mudar de Rito na forma que dispuser o Regulamento Geral da Federação;

V – fixar as contribuições ordinárias de seus membros e instituir outras para fins específicos;

VI – processar e julgar membros de seu Quadro na forma que dispuser a legislação complementar;

VII – encaminhar às Assembléias Legislativas propostas de emendas à Constituição e Projetos de Lei;

VIII – recorrer de decisões desfavoráveis aos seus interesses;

IX – fundir-se ou incorporar-se com outra Loja de sua jurisdição;

X – conceder distinções honoríficas aos membros de seu Quadro e aos de outras Lojas da Federação ou de Potências Maçônicas reconhecidas pelo Grande Oriente do Brasil;

XI – propor ao Grão-Mestre Geral a concessão de Título ou Condecoração maçônica para membro de seu Quadro;

XII – conferir graus a membros de seu Quadro ou a membros de outras Lojas da federação, quando por elas for solicitado formalmente, desde que do mesmo Rito;

XIII – tomar sob sua proteção, pela cerimônia de adoção de *Lowton*, descendentes, enteados ou tutelados de Maçons, de sete a dezessete anos, do sexo masculino;

XIV – isentar membros de seu Quadro de frequência e da contribuição pecuniária que lhe é devida;

XV – suscitar ao Grão-Mestre, ao Delegado Regional a que estiver jurisdicionada, ou ao Grão-Mestre Geral, questões de relevante interesse para a Ordem Maçônica;

XVI – realizar sessões magnas nos feriados não maçônicos e domingos;

XVII – propor ação de inconstitucionalidade de lei e de ato normativo;

XVIII – requerer para membro de seu Quadro portador de atestado de invalidez total e permanente, a condição de remido ao Grande Oriente do Brasil, ao Grande Oriente do Estado ou do Distrito Federal.

TÍTULO III

Dos Maçons

CAPÍTULO I

Dos Requisitos para Admissão na Ordem

Art. 28. A admissão de candidato na Ordem Maçônica, disciplinada no Regulamento Geral da Federação, será decidida por deliberação de uma Loja regular, mediante votação, na qual tomem parte todos os Maçons presentes à sessão.

§ 1º Para ser admitido, o candidato deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser do sexo masculino e maior de dezoito anos, ser hígido e ter aptidão para a prática dos atos de ritualística maçônica;

II – possuir instrução que lhe possibilite compreender e aplicar os princípios da Instituição;

III – ser de bons costumes, reputação ilibada, estar em pleno gozo dos direitos civis e não professar ideologia contrária aos princípios da Ordem;

IV – ter condição econômico-financeira que lhe assegure subsistência própria e de sua família, sem prejuízo dos encargos maçônicos.

§ 2º Visando à admissão na Ordem e após sua implementação, estarão isentos do pagamento de taxas ou emolumentos estabelecidos, pelo Grande Oriente do Brasil, Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal e pelas Lojas:

a) os *Lowtons*, os *DeMolays* e os “Apejetistas” com dezoito anos, no mínimo, até completarem vinte e cinco anos de idade;

b) os estudantes de curso superior de graduação, com, no mínimo, dezoito anos de idade, e no máximo vinte e cinco anos ou até a conclusão do curso superior, que comprovadamente não dispuserem de recursos próprios para sua subsistência.

§ 3º Os Maçons admitidos com base no disposto no parágrafo anterior, sujeitam-se ao pagamento de encargos financeiros, em igualdade de condições com os demais Membros das Lojas a que pertençam, com vistas à concessão de benefício a terceiros, quando do seu falecimento.

Art. 29. Não poderá ser admitido na Ordem maçônica qualquer candidato que não se comprometa, formalmente e por escrito, a observar os princípios da Ordem.

CAPÍTULO II Dos deveres dos Maçons

Art. 30. São deveres do Maçom:

I – observar a Constituição e as leis do Grande Oriente do Brasil;

II – freqüentar, assiduamente, os trabalhos da Loja a que pertencer;

III – desempenhar funções e encargos maçônicos que lhe forem cometidos;

IV – satisfazer, com pontualidade, contribuições pecuniárias ordinárias e extraordinárias que lhe forem cometidas legalmente;

V – reconhecer como irmão todo Maçom e prestar-lhe a proteção e ajuda de que carecer, principalmente contra as injustiças de que for alvo;

VI – não divulgar assunto que envolva o nome do Grande Oriente do Brasil, sem prévia permissão do Grão-Mestre Geral, salvo as matérias de natureza administrativa, social, cultural e cívica;

VII - não revelar de forma alguma qualquer assunto que implique quebra de sigilo maçônico;

VIII – haver-se sempre com probidade, praticando o bem, a tolerância e a solidariedade humana;

IX – sustentar, quando no exercício de mandato de representação popular, os princípios maçônicos ante os problemas sociais, econômicos ou políticos, tendo sempre presente o bem-estar do homem e da sociedade;

X – comunicar à Loja os fatos que chegarem ao seu conhecimento sobre comportamento irregular de Maçom;

XI – não participar ou promover polêmicas de caráter pessoal, nem realizar ataques prejudiciais à reputação de Maçom e jamais valer-se do anonimato em ato difamatório.

§ 1º O Maçom recolherá as contribuições devidas ao Grande Oriente do Brasil apenas por uma das Lojas da Federação, na qual exercerá o direito de voto na eleição de Grão-Mestre Geral e Grão-Mestre Geral Adjunto.

§ 2º O Maçom recolherá as contribuições devidas ao Grande Oriente Estadual a que pertencer, apenas por uma das Lojas a ele jurisdicionadas, na qual exercerá o direito de voto na eleição de Grão-Mestre Estadual e Grão-Mestre Estadual Adjunto.

§ 3º O Maçom que pertencer a Lojas de Grandes Orientes Estaduais distintos, recolherá as contribuições devidas a cada um deles, apenas por uma das Lojas em cada um desses Grandes Orientes Estaduais, nas quais exercerá o direito de voto na eleição de Grão-Mestres Estaduais e Grão-Mestres Estaduais Adjuntos em cada um dos respectivos Grandes Orientes Estaduais.

§ 4º O Maçom que pertencer a mais de uma Loja, em cada uma delas, participará das respectivas eleições, podendo votar e ser votado, respeitadas as condições dispostas na legislação.

CAPITULO III Dos Direitos dos Maçons

Art. 31. São direitos do Maçom:

I - a igualdade perante a lei maçônica;

II - a livre manifestação do pensamento em assuntos não vedados pelos postulados universais da Maçonaria;

III - a inviolabilidade de sua liberdade de consciência e crença;

IV - a justa proteção moral e material para si e seus dependentes;

V – votar e ser votado para todos os cargos eletivos da Federação, na forma que a lei estabelecer;

VI – transferir-se de uma para outra Loja da Federação;

VII – pertencer, como Mestre Maçom, a mais de uma Loja da Federação;

VIII – freqüentar os trabalhos de qualquer outra Loja e dela receber atestado de freqüência;

IX – ter registradas em livro próprio de sua Loja as presenças nos trabalhos de outras Lojas do Grande Oriente do Brasil, mediante a apresentação de Atestados de Freqüência;

X – ser elevado e exaltado nos termos do que dispõe o Regulamento Geral da Federação;

XI – representar aos poderes maçônicos competentes contra abusos de qualquer autoridade maçônica que lhe prejudique direito ou atente contra a lei maçônica;

XII – ser parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de ato ilícito ou lesivo;

XIII – solicitar apoio dos Maçons quando candidato a cargo eletivo no âmbito externo da Federação;

XIV – obter certidões, ciência de despachos e informações proferidas em processos administrativos ou judiciais, de seu interesse;

XV – publicar artigos, livros ou periódicos que não violem o sigilo maçônico nem prejudiquem o bom conceito do Grande Oriente do Brasil;

XVI – ter a mais ampla defesa por si, ou através de outro membro, nos processos em que for parte no meio maçônico.

XVII – desligar-se do Quadro de Obreiros da Loja a que pertence, no momento que desejar, mediante solicitação verbal feita em reunião da Loja ou por correspondência a ela dirigida.

CAPÍTULO IV Das Classes de Maçons

Art. 32. Constituem-se os Maçons em duas classes:

I – regulares;

II – irregulares.

§ 1º Os regulares podem ser ativos e inativos:

a) são ativos os Maçons que pertençam a uma Loja da Federação e nela cumpram todos os seus deveres e exerçam todos os seus direitos;

b) são inativos os Maçons que se desligaram da Loja a que pertenciam, portando documento de regularidade.

§ 2º São irregulares os Maçons que:

a) estiverem com seus direitos suspensos;

b) não possuírem documento de regularidade, ou que esteja vencido;

c) forem excluídos da Federação.

Art. 33. Os Maçons podem ser ainda: Eméritos, Remidos, ou Honorários:

I - são Eméritos os que tiverem sessenta anos de idade e no mínimo, vinte e cinco anos de efetiva atividade maçônica;

II - são Remidos os que tiverem setenta anos de idade e, no mínimo, trinta e cinco anos de efetiva atividade maçônica, facultando-se-lhes o pagamento dos emolumentos devidos ao Grande Oriente do Brasil, ao Grande Oriente dos Estados ou do Distrito Federal e às Lojas a que pertencerem;

III - são Honorários os que, não pertencendo ao Quadro da Loja, dela receberem esse título honorífico, podendo ser homenageado, com esse título, Maçom regular de outra Potência reconhecida.

§ 1º O Maçom que vier a se invalidar total e permanentemente será Remido:

a) Pelo Grande Oriente do Brasil e pelo Grande Oriente Estadual ou Distrital a que estiver vinculado, em relação ao pagamento dos emolumentos que lhes são devidos, atendendo a requerimento da Loja a que pertencer;

b) Pela Loja a que pertencer em relação ao pagamento de suas taxas e emolumentos.

§ 2º O Maçom Emérito ou Remido só poderá votar e ser votado caso atinja o índice de freqüência previsto no Regulamento Geral da Federação.

§ 3º A requerimento devidamente instruído por parte da Loja a que pertencer o Maçom Remido, poderá o mesmo ser isentado dos emolumentos devidos ao Grande Oriente do Brasil, ao Grande Oriente do Estado ou do Distrito Federal e à própria Loja.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS MAÇÔNICOS Da Suspensão, do Impedimento e de sua Perda

Art. 34. O Maçom terá seus direitos suspensos:

I – quando, notificado para cumprir suas obrigações pecuniárias, deixar de fazê-lo no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento;

II - quando deixar de freqüentar a Loja sem justa causa, com a periodicidade estabelecida pelo Regulamento Geral da Federação;

III - quando estiver com seu *placet* vencido.

§ 1º. O ato de suspensão deverá ser publicado no Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil para conhecimento de todas as Lojas federadas.

§ 2º O impedimento do exercício dos direitos maçônicos afasta o Maçom de mandato, cargo ou função em qualquer órgão da Federação e o impede de freqüentar qualquer Loja federada.

§ 3º A regularização de um Maçom impedido de exercer os direitos maçônicos será disciplinada pelo Regulamento Geral da Federação.

§ 4º Estão dispensados de freqüência, em qualquer Loja a que pertencerem, para os fins previstos neste artigo: o Grão-Mestre Geral, o Grão-Mestre Geral Adjunto, os Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal, os Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal Adjuntos, os membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os

Garantes de Amizade do Grande Oriente do Brasil perante potências maçônicas estrangeiras.

Art. 35. O Maçom perderá os direitos assegurados por esta Constituição quando:

I - prestar obediência a outra organização maçônica simbólica;

II - for excluído da Federação, por decisão judicial transitada em julgado;

III - for homologada, pelo Supremo Tribunal de Justiça, desde que observadas todas as instâncias maçônicas, inclusive a defesa de mérito, decisão judicial proferida por tribunal não maçônico.

TÍTULO IV
Do Poder Legislativo
CAPÍTULO I
Da Assembléia Federal Legislativa

Art. 36. O Poder Legislativo do Grande Oriente do Brasil é exercido pela Assembléia Federal Legislativa, que tem o tratamento de Soberana.

Art. 37. A Soberana Assembléia Federal Legislativa compõe-se de Deputados Federais eleitos por voto direto dos Maçons de Lojas da Federação, para um mandato de quatro anos, permitidas reeleições.

Art. 38. As eleições para Deputados e seus Suplentes serão realizadas pelas Lojas da Federação, a cada quadriênio, no mês de maio dos anos ímpares, e extraordinariamente, sempre que houver necessidade de complementação de mandato.

§ 1º Não terá direito de representação na Soberana Assembléia Federal Legislativa a Loja que deixar de recolher ao Grande Oriente do Brasil as taxas, emolumentos e contribuições ordinárias e extraordinárias legalmente estabelecidas.

§ 2º Nenhum Deputado poderá representar, simultaneamente, mais de uma Loja.

§ 3º Os Deputados gozarão de imunidade quanto a delitos de opinião, desde que em função de exercício do respectivo cargo, só podendo ser processados e julgados após autorização da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 4º Quando a Loja não puder eleger membro de seu Quadro para representá-la na Soberana Assembléia Federal Legislativa, poderá eleger Maçom do Quadro de outra Loja da Federação, desde que o representante seja do mesmo Grande Oriente do Estado ou do Distrito Federal da representada, devendo o eleito e a Loja a que pertencer estarem em pleno gozo dos direitos maçônicos.

Art. 39. Não perde o mandato:

I – o Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa que assumir temporariamente o Grão-Mestrado Geral;

II – o Deputado nomeado para cargo ou função nos Poderes Executivos do Grande Oriente do Brasil, dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal.

III – o Deputado que estiver licenciado.

Art. 40. Perderá o mandato:

I – o Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa que assumir o cargo de Grão-Mestre Geral em caráter permanente;

II - o Deputado que:

a) não tomar posse até a segunda sessão ordinária da Soberana Assembléia Federal Legislativa consecutiva à diplomação;

b) for desligado do Quadro de Membros da Loja que representa;

c) faltar a duas sessões ordinárias consecutivas da Assembléia, sem motivo justificado, ou três sessões consecutivas justificadas, ou, ainda, seis alternadas, justificadas ou não, durante o mandato;

d) exercer cargo, mandato ou função incompatível, nos termos desta Constituição;

e) for julgado incapaz para o exercício do cargo pelo voto de dois terços dos Deputados presentes à sessão da Soberana Assembléia Federal Legislativa, assegurada sua ampla defesa;

f) for julgado, pela Loja que representa, incompatível com as diretrizes anteriormente determinadas pelo plenário da Loja, devidamente registradas em ata.

Parágrafo único. A perda do mandato será declarada pelo Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa, cabendo-lhe determinar a convocação do suplente.

Art. 41. A Soberana Assembléia Federal Legislativa reunir-se-á em sessões ordinárias, no terceiro sábado dos meses de março, junho e setembro e no primeiro sábado de dezembro.

§ 1º A sessão ordinária do mês de junho, quando ocorrer a posse do Grão-Mestre Geral e de seu Adjunto, será realizada no dia vinte e quatro.

§ 2º Os membros da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes serão eleitos bienalmente na sessão de junho dos anos ímpares, cabendo ao Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa dirigir a eleição e empossar o Presidente eleito.

§ 3º Na falta ou impedimento do Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa, a sessão de eleição será dirigida por um dos ex-Presidentes, do mais antigo ao mais recente, que dará posse ao Presidente eleito.

§ 4º O Presidente empossado:

a) dará posse aos demais membros da Mesa Diretora e aos membros das Comissões Permanentes;

b) dirigirá os debates e a votação das indicações para Ministros dos Tribunais Superiores, do Procurador Geral e Subprocuradores Gerais;

c) dará posse ao Grão-Mestre Geral e ao Grão-Mestre Geral Adjunto, em sessão magna no dia vinte e quatro de junho do ano em que forem eleitos ou, em qualquer data, aos eleitos para complementação de mandato.

§ 5º A mensagem do Grão-Mestre Geral, que trata das atividades do Grande Oriente do Brasil relativas ao exercício anterior, será lida no mês de março e a apreciação dos nomes indicados para Ministros dos Tribunais Superiores será realizada no mês de junho em sessão ordinária.

Art. 42. A Soberana Assembléia Federal Legislativa reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada por seu Presidente ou pelo mínimo de um terço de seus membros ativos.

§ 1º - Na sessão extraordinária, somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.

§ 2º - A Soberana Assembléia Federal Legislativa, caso queira, poderá reunir-se ordinária e extraordinariamente, em qualquer época do ano.

Art. 43. A Sessão da Soberana Assembléia Federal Legislativa será instalada com o *quorum* mínimo de metade mais um dos seus membros ativos.

Art. 44. A Soberana Assembléia Federal Legislativa deliberará sobre leis e resoluções por maioria simples de votos dos Deputados presentes em Plenário, no ato da votação.

Art. 45. As emendas à Constituição e as matérias objeto de reforma constitucional serão discutidas e votadas em dois turnos, considerando-se aprovadas quando obtiverem em ambas as votações, no mínimo, dois terços dos votos dos Deputados presentes em Plenário, no ato da votação.

Art. 46. As deliberações relativas à lei que dispõe sobre o Regulamento Geral da Federação, assim como as relacionadas com a aquisição, alienação, doação, permuta ou gravame de bens imóveis, bem como cessão de uso, serão tomadas em votação única por dois terços dos Deputados presentes em Plenário, no ato da votação.

Parágrafo único. Caso a matéria votada tenha obtido somente a maioria simples, proceder-se-á a outra votação na sessão subsequente, sendo considerada aprovada se obtiver, pelo menos, a maioria simples dos votos dos Deputados presentes em Plenário, no ato da votação.

Art. 47. Serão exigidos os votos de dois terços dos Deputados presentes em Plenário para rejeitar veto apresentado pelo Grão-Mestre Geral em projeto de lei.

Art. 48. Dirige a Soberana Assembléia Federal Legislativa a Mesa Diretora, composta do Presidente, Primeiro e Segundo Vigilantes, Orador, Secretário, Tesoureiro, Chanceler, Hospitaleiro, Mestre de Cerimônias, Mestre de Harmonia, Cobridor e seus respectivos adjuntos, eleitos por um período de dois anos.

Parágrafo único. Compete à Mesa Diretora da Soberana Assembléia Federal Legislativa:

I - propor ação de inconstitucionalidade de lei e de ato normativo;

II – indicar um terço dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, e ainda dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas, para deliberação do Plenário, mediante leitura do respectivo currículo maçônico e profissional, observado o critério de renovação do terço.

Art. 49. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Grande Oriente do Brasil será exercida pela Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Parágrafo único. Compete, ainda, à Soberana Assembléia Federal Legislativa fiscalizar os atos expedidos pelo Grão-Mestre Geral, relativos a:

I – empregos, salários e vantagens dos empregados do Grande Oriente do Brasil;

II – transferência temporária da sede do Poder Executivo Central;

III – concessão de anistia;

IV – intervenção em Loja ou em Grande Oriente Estadual ou do Distrito Federal.

Art. 50. Compete, privativamente, à Soberana Assembléia Federal Legislativa:

I – elaborar seu Regimento Interno e organizar seus serviços administrativos;

II – apreciar a lei orçamentária anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual, a partir da sessão ordinária de setembro;

III – apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária anual, ao plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

IV – deliberar sobre a abertura de créditos suplementares e especiais;

V – julgar as contas do Grão-Mestre Geral;

VI – proceder à tomada de contas do Grão-Mestre Geral, quando não apresentada a prestação de contas do ano anterior até trinta dias antes da sessão de março;

VII – deliberar sobre veto do Grão-Mestre Geral aos projetos de lei;

VIII – legislar sobre todas as matérias de sua competência;

IX – elaborar, votar e modificar o Regulamento Geral da Federação;

X – aprovar tratados, convênios e protocolos de intenção para que possam produzir efeitos na Federação, assim como denunciá-los;

XI – conceder licença ao Grão-Mestre Geral e ao Grão-Mestre Geral Adjunto para se ausentarem do país ou se afastarem de seus cargos por tempo superior a trinta dias;

XII – convocar os Secretários-Gerais para comparecerem ao Plenário da Assembléia, a fim de prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;

XIII – deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas sessões;

XIV – promulgar suas resoluções, por intermédio de seu Presidente e fazê-las publicar no Boletim Oficial da Federação;

XV – deliberar sobre os nomes indicados para Ministros dos Tribunais do Grande Oriente do Brasil, do Procurador-Geral e dos Subprocuradores Gerais, indicados pelo Grão-Mestre Geral, de acordo com o que dispõe esta Constituição;

XVI – requisitar ao Tribunal de Contas inspeções e auditorias de natureza contábil financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, no âmbito do Grande Oriente do Brasil, sempre que deliberado pelo Plenário;

XVII – conceder títulos de membros Honorários;

XVIII – reconhecer como de utilidade maçônica instituições cujas finalidades sejam compatíveis com os princípios da Maçonaria e exerçam de fato atividades benéficas à comunidade;

XIX – designar, subsidiariamente, comissões de Deputados para elaborar os anteprojetos dos Códigos Disciplinar Maçônico, Processual Maçônico e Eleitoral Maçônico, desde que não sejam cumpridos os prazos estabelecidos nesta Constituição;

XX – apreciar as concessões de auxílio ou subvenção, celebrados com as Lojas e os Grandes Orientes Estaduais e do Distrito Federal, bem como as alterações contratuais pretendidas.

CAPÍTULO II Do Processo Legislativo

Art. 51. A iniciativa de leis cabe a Mesa Diretora, a Comissão Permanente e a qualquer Deputado da Soberana Assembléia Federal Legislativa, ao Grão-Mestre Geral, aos Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Eleitoral e às Lojas através de sua Diretoria.

§ 1º A reforma ou a elaboração de novo projeto do Regulamento Geral da Federação é de iniciativa exclusiva da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 2º A Lei Orçamentária, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias são de iniciativa privativa do Grão-Mestre Geral.

§ 3º As Resoluções são de iniciativa da Mesa Diretora, das Comissões Permanentes e dos Deputados.

Art. 52. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – reforma da Constituição;
- II – emendas à Constituição;
- III – projetos de leis;
- IV – resoluções.

Art. 53. A Constituição poderá ser:

- I – reformada por proposta de dois terços dos Deputados;
- II – emendada mediante proposta:
 - a) de Deputado;
 - b) de Comissão Permanente;
 - b) do Grão-Mestre Geral;
 - c) de Loja, através de sua diretoria.

§ 1º A emenda constitucional tratará somente de um artigo, seus parágrafos, incisos, alíneas e não poderá ser objeto de proposição acessória, sugerindo modificá-la;

§ 2º A emenda de que trata o parágrafo anterior será disciplinada pelo Regimento Interno da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Art. 54. É de exclusiva competência do Grão-Mestre Geral a iniciativa de leis que:

- I – determinem a abertura de crédito;
- II – fixem salários e vantagens dos empregados do Grande Oriente do Brasil;
- III – concedam subvenção ou auxílio;
- IV – autorizem criar ou aumentar a despesa do Grande Oriente do Brasil.

Art. 55. O Projeto de Lei aprovado pela Soberana Assembléia Federal Legislativa será remetido, no prazo de cinco dias, ao Grão-Mestre Geral, para ser sancionado em quinze dias, a contar do recebimento.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo sem manifestação do Grão-Mestre Geral, o Presidente da Soberana Assembléia promulgará a lei no mesmo prazo, sob pena de responsabilidade.

§ 2º O Grão-Mestre Geral poderá vetar o Projeto de Lei no prazo de quinze dias, no todo ou em parte, desde que o considere inconstitucional ou contrário aos interesses da Federação.

§ 2º As razões do veto serão comunicadas ao Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa para conhecimento desta, na primeira sessão que se realizar.

§ 3º Rejeitado o veto, em votação por dois terços dos Deputados presentes no Plenário, o Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa promulgará a lei no prazo de setenta e duas horas, sob pena de responsabilidade.

Art. 56. Os projetos de lei rejeitados, inclusive os vetados, só poderão ser reapresentados na mesma legislatura, mediante proposta de um terço dos Deputados presentes no Plenário.

CAPÍTULO III Do Orçamento

Art. 57. Serão estabelecidos através de lei:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias; e
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as metas a serem atingidas para os programas de duração continuada.

§ 2º A lei anual de diretrizes orçamentárias disciplinará a elaboração da lei orçamentária anual do Grande Oriente do Brasil, inclusive estabelecendo normas de gestão financeira e patrimonial.

§ 3º O Grão-Mestre Geral publicará, até trinta dias após o encerramento de cada mês, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º O orçamento será estabelecido por lei anual, abrangendo a estimativa das receitas e fixação das despesas dos poderes e dos órgãos administrativos do Grande Oriente do Brasil.

§ 5º A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 6º A autorização de operações de crédito por antecipação de receita não poderá exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementar ou especial, aprovado pela Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 7º O superávit no final do exercício somente poderá ser utilizado após prévia anuência da Soberana Assembléia Federal Legislativa, mediante solicitação do Grão-Mestre Geral, realizada através de circunstanciada exposição de motivos.

§ 8º Nenhuma despesa poderá ser realizada pelo Grão-Mestre Geral sem que tenha sido previamente incluída no orçamento anual ou em créditos adicionais.

Art. 58. A proposta orçamentária não aprovada até o término do exercício em que for apresentada, enquanto não houver sobre ela deliberação definitiva, propiciará ao Poder Executivo valer-se do critério de duodécimos das despesas fixadas no orçamento anterior, para serem utilizados mensalmente na execução das despesas.

Art. 59. As emendas ao projeto de lei do orçamento somente poderão ser apreciadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários à compensação da emenda, admitidas apenas as provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos; e
- b) serviço da dívida.

Art. 60. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, sob pena de responsabilidade.

§ 1º A lei regulará o conteúdo, a apresentação, a execução e o acompanhamento do orçamento anual e do plano plurianual de que trata este artigo, devendo observar:

I – a fixação de critérios para a distribuição dos investimentos incluídos no plano;

II – a vigência do plano, a partir do segundo exercício financeiro do mandato do Grão-Mestre Geral, até o término do primeiro exercício do mandato subsequente;

§ 2º Os projetos que compõem o plano plurianual serão discriminados e pormenorizados, de acordo com suas características, na forma estabelecida no Regulamento Geral da Federação.

Art. 61. É vedada, sem prévia autorização legislativa:

- I – abertura de crédito especial ou suplementar;

II – a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma rubrica para outra ou de órgão para outro;

III – instituição de fundos de qualquer natureza;

IV – a utilização específica de recursos do orçamento para cobrir déficit de qualquer órgão do Poder Central;

V – realização de dispêndios ou doações;

VI – concessão de auxílio a Lojas e Grandes Orientes.

Art. 62. Os créditos especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses, caso em que poderão ser reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 63. É vedado:

I – realizar operações de crédito que excedam o montante das despesas anuais;

II – conceder créditos ilimitados e abrir créditos adicionais sem indicação dos recursos correspondentes;

III – realizar despesas ou assumir obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

Art. 64. O Poder Executivo liberará mensalmente, em favor dos Poderes Legislativo e Judiciário, percentuais de quatro e um por cento, respectivamente, da receita efetivada, depositando o valor correspondente em contas a serem movimentadas pelos titulares daqueles Poderes.

Parágrafo único. A distribuição da receita destinada aos Tribunais do Poder Judiciário será fixada por lei ordinária.

CAPÍTULO IV Do Tribunal de Contas e da Fiscalização Financeira

Art. 65. A fiscalização financeira, orçamentária, contábil e patrimonial do Grande Oriente do Brasil será exercida pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, por intermédio do Tribunal de Contas, que funcionará como órgão de controle externo.

§ 1º O ano financeiro é contado de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro.

§ 2º O controle externo compreenderá:

I – a apreciação das contas dos responsáveis por bens e valores do Grande Oriente do Brasil; e

II – a auditoria financeira, orçamentária, contábil e patrimonial do Grande Oriente do Brasil.

Art. 66. O Tribunal de Contas dará parecer prévio até o último dia do mês de fevereiro, sobre as contas que o Grão-Mestre Geral prestar anualmente à Soberana Assembléia Federal Legislativa, relativamente ao ano financeiro anterior.

Art. 67. O Tribunal de Contas tem sede em Brasília, Distrito Federal, jurisdição em todo o Território Nacional, e recebe o tratamento de Egrégio. É constituído de nove Ministros, sendo um terço indicado pelo Grão-Mestre Geral e dois terços pela Mesa Diretora da Soberana Assembléia Federal Legislativa, dentre Mestres Maçons possuidores de notórios conhecimentos jurídico-maçônicos, administrativos, contábeis, econômicos e financeiros, nomeados pelo Grão-Mestre Geral, após aprovada a indicação de seus nomes pela Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias e prerrogativas dos Ministros dos demais Tribunais do Grande Oriente do Brasil e serão nomeados por período de três anos, renovando-se anualmente pelo terço, permitidas reconduções.

§ 2º Nos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal haverá Tribunal de Contas com atribuições correlatas às do Grande Oriente do Brasil, com constituição adequada à disponibilidade de recursos humanos.

Art. 68. Compete ao Tribunal de Contas:

I – eleger seu Presidente e demais titulares de sua direção;

II – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

III – conceder licença a seus membros;

IV – realizar por iniciativa própria ou da Soberana Assembléia Federal Legislativa inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, relativamente a recursos oriundos do Grande Oriente do Brasil;

V – representar ao Grão-Mestre Geral ou ao Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa, conforme o caso, sobre o que apurar em inspeção ou auditoria;

VI – outorgar poderes a terceiros para a execução de serviços que lhe competem junto aos Grandes Orientes dos Estados, do Distrito Federal e Lojas;

VII – conceder prazos para que as irregularidades apuradas sejam sanadas e solicitar ao Grão-Mestre Geral ou à Soberana Assembléia Federal Legislativa, conforme o caso, as providências necessárias ao cumprimento das imposições legais.

Art. 69. As decisões do Tribunal de Contas serão tomadas por maioria de votos e *quorum* mínimo de cinco Ministros.

Parágrafo único. Das decisões do Tribunal de Contas caberá pedido de reconsideração no prazo de dez dias.

Art. 70. Nos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal a fiscalização financeira, contábil orçamentária e patrimonial será atribuída às respectivas Assembléias Legislativas auxiliadas por seus Tribunais de Contas.

TÍTULO V
Do Poder Executivo
CAPÍTULO I
Do Grão-Mestrado Geral
Constituição, Competência e Funcionamento

Art. 71. O Grão-Mestrado Geral compõe-se do Grão-Mestre Geral, do Grão-Mestre Geral Adjunto, do Conselho Federal e das Secretarias-Gerais.

Art. 72. O Grão-Mestre Geral e o Grão-Mestre Geral Adjunto serão eleitos conjuntamente, por cinco anos, em Oficina Eleitoral, pelo sufrágio direto dos Mestres Maçons das Lojas Federadas, em um único turno, em data única, no mês de março do último ano do mandato, permitida uma reeleição.

§ 1º Será considerada eleita a chapa que obtiver mais da metade dos votos válidos.

§ 2º O Grão-Mestre Geral e o Grão-Mestre Geral Adjunto serão destituídos pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, convocada especialmente para este fim, com base em decisão do Supremo Tribunal de Justiça Maçônico, transitada em julgado.

ART. 73. Para eleição do Grão-Mestre Geral, dos Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal e seus respectivos adjuntos é indispensável:

I – a expressa aquiescência dos candidatos;

II – a apresentação de seus nomes ao Tribunal competente, subscrita, pelo menos, por sete Lojas, até o dia trinta de novembro do ano anterior ao da eleição.

Art. 74. O Grão-Mestre Geral e o Grão-Mestre Geral Adjunto tomarão posse perante a Soberana Assembléia Federal Legislativa no dia vinte e quatro de junho do ano em que forem eleitos e prestarão o seguinte compromisso:

“Prometo, por minha honra, manter, cumprir e fazer cumprir a Constituição e as Leis do Grande Oriente do Brasil, promover a união dos Maçons, a prosperidade e o bem geral de nossa Instituição e sustentar-lhe os princípios e a soberania, bem como apoiar os poderes públicos, legitimamente constituídos dentro da verdadeira democracia e dos ideais difundidos por nossa Ordem, para melhor desenvolvimento de nossa Pátria e a felicidade geral do povo brasileiro”.

Parágrafo único. O Grão-Mestre Geral e o Grão-Mestre Geral Adjunto são membros ativos de todas as Lojas da Federação, cabendo-lhes satisfazer, com pontualidade, as contribuições pecuniárias ordinárias e extraordinárias que lhe forem cometidas legalmente pelo Grande Oriente do Brasil, pelos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal a que pertencerem e somente pelas Lojas de cujos Quadros façam parte como membros efetivos.

Art. 75. Se os eleitos para os cargos de Grão-Mestre Geral e Grão-Mestre Geral Adjuntos não forem empossados na data fixada no artigo anterior, deverão ser nos primeiros trinta dias imediatos, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, sob pena de serem declarados vagos os respectivos cargos pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, em sessão plenária.

Parágrafo único. No período de vacância, o Grão-Mestrado Geral será dirigido pelo Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa ou, em sua falta, pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 76. O Grão-Mestre Geral Adjunto é o substituto do Grão-Mestre Geral e em caso de vacância ou impedimento em que o Grão-Mestre Geral Adjunto não possa substituir o Grão-Mestre Geral, este será substituído, sucessivamente, pelo Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa e pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

§ 1º Ocorrendo a vacância dos cargos de Grão-Mestre Geral e de Grão-Mestre Geral Adjunto no último ano de mandato, o substituto legal completará o restante do mandato.

§ 2º Se ocorrer a vacância definitiva dos cargos de Grão-Mestre Geral e de Grão-Mestre Geral Adjunto nos quatro primeiros anos de mandato, será realizada nova eleição geral, para preenchimento de ambas as vagas, em data a ser fixada pelo Superior Tribunal Eleitoral e na forma estabelecida pelo Código Eleitoral Maçônico.

§ 3º O Superior Tribunal Eleitoral convocará a eleição de que trata o parágrafo anterior, a qual se realizará no prazo máximo de cento e vinte dias, contados a partir da data da declaração da vacância pelo Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Art. 77. Compete ao Grão-Mestre Geral:

I – Exercer a administração do Grande Oriente do Brasil, representando-o ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II – encaminhar à Soberana Assembléia Federal Legislativa anteprojeto de lei que:

- a) versem sobre matéria orçamentária e plano plurianual;
- b) determinem a abertura de crédito;
- c) fixem salários e vantagens dos empregados do Grande Oriente do Brasil;
- d) concedam auxílio;
- e) autorizem a criar ou aumentar a despesa do Grande Oriente do Brasil.

III – encaminhar à Soberana Assembléia Federal Legislativa a proposta orçamentária para o exercício seguinte, até quarenta e cinco dias antes da sessão ordinária de setembro;

IV – remeter à Assembléia Federal Legislativa o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias, até quarenta e cinco dias antes da sessão ordinária de setembro do ano em que se iniciar o mandato do Grão-Mestre Geral;

V – sancionar as leis, fazê-las publicar e expedir decretos e atos administrativos para sua fiel execução;

VI – nomear e exonerar Mestre Maçom para o cargo de Delegado Regional;

VII – nomear e exonerar Mestres Maçons para os cargos de Secretários Gerais, de Secretários Gerais Adjuntos, de Membro Conselho Federal e de Assessor;

VIII – presidir todas as sessões maçônicas realizadas por Lojas Federadas ao Grande Oriente do Brasil;

IX – indicar, para apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa, dois terços dos membros do Supremo Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Eleitoral, e um terço do Tribunal de Contas do Poder Central, acompanhados dos respectivos currículos maçônicos e profissionais, observado o critério de renovação do terço;

X – indicar, para apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa, os nomes do Procurador-Geral e dos Subprocuradores Gerais, acompanhados dos respectivos currículos maçônicos e profissionais;

XI – nomear os membros dos Tribunais, o Procurador-Geral e os Subprocuradores Gerais, após a aprovação dos nomes pela Soberana Assembléia Federal Legislativa;

XII – autorizar a contratação e a dispensa dos empregados do Grande Oriente do Brasil;

XIII - autorizar a criação de Lojas e Triângulos, onde não exista Grande Oriente Estadual;

XIV - intervir em Loja diretamente jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil para garantir sua integridade e o fiel cumprimento da Constituição;

XV – encaminhar à Soberana Assembléia Federal Legislativa a prestação de contas do exercício anterior, até trinta dias antes da sessão ordinária de março;

XVI – comparecer à Soberana Assembléia Federal Legislativa, na sessão ordinária do mês de março, para apresentar mensagem sobre a gestão do Grande Oriente do Brasil, durante o exercício findo;

XVII – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo;

XVIII – declarar remido perante o Grande Oriente do Brasil o Maçom considerado total e permanentemente inválido;

XIX – autorizar a filiação de Maçom, portador do documento legal de desligamento, oriundo de associação maçônica reconhecida pelo Grande Oriente do Brasil, em Loja a ele diretamente jurisdicionada.

Art. 78. Compete privativamente ao Grão-Mestre Geral:

I – convocar e presidir a Suprema Congregação da Federação;

II – definir e tornar pública a posição do Grande Oriente do Brasil nos momentos de crise e insegurança no País, com prévio referendo da Soberana Assembléia Federal Legislativa;

III – intervir no Poder Executivo de qualquer Grande Oriente para garantir a integridade do Grande Oriente do Brasil e o fiel cumprimento da Constituição;

IV – criar Delegacias Regionais;

V – expedir Carta Constitutiva de Grandes Orientes;

VI – expedir Carta Constitutiva de Lojas, após ser aprovada sua criação ou regularização pelo respectivo Grande Oriente;

VII – expedir Carta Constitutiva à Loja oriunda de associação maçônica não reconhecida pelo Grande Oriente do Brasil, após ser aprovada sua regularização pelo respectivo Grande Oriente;

VIII – expedir a Palavra Semestral, nos meses de janeiro e julho, por meio dos Grandes Orientes dos Estados, do Distrito Federal e das Delegacias, para as Lojas que estiverem no gozo de seus direitos maçônicos;

IX – celebrar tratados, convênios e protocolos de intenção aprovados pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, que deverão ser revistos periodicamente;

X – nomear Garantes de Amizade do Grande Oriente do Brasil junto às Potências Maçônicas estrangeiras;

XI – remitir dívidas de Grandes Orientes dos Estados, do Distrito Federal, de Lojas e de Maçons perante o Grande Oriente do Brasil, após a aprovação da Soberana Assembléia Federal Legislativa;

XII – aprovar e determinar a aplicação dos rituais especiais e dos três graus simbólicos;

XIII – deliberar, em última instância, sobre processo de regularização rejeitado por Grão-Mestre Estadual ou do Distrito Federal;

XIV – autorizar a redução de interstício para fins de elevação e exaltação;

XV – autorizar a habilitação de Maçom, que não tenha três anos de exaltado ao grau de Mestre, para concorrer a cargo de Venerável Mestre;

XVI – suspender os direitos maçônicos de membro por ato fundamentado;

XVII – excluir do Grande Oriente do Brasil o Maçom que vier a perder definitivamente os direitos assegurados por esta Constituição;

XVIII – suspender provisória ou definitivamente o funcionamento de Loja, observado o disposto no Regulamento Geral da Federação;

Parágrafo único. Enquanto não for expedida a Carta Constitutiva, a Loja poderá funcionar provisoriamente, se autorizada pelo Grão-Mestre Geral.

CAPÍTULO II

Do Impedimento do Grão-Mestre Geral e da Perda do Mandato

Art. 79. Ficará sujeito a processo sancionável com o afastamento ou perda de mandato, mediante contraditório que terá trâmite perante a Soberana Assembléia Federal Legislativa, o Grão-Mestre Geral que infringir um ou mais dos seguintes princípios:

I – a integridade da Federação;

II – o livre exercício do Poder Legislativo e Judiciário;

III – a probidade administrativa;

IV – a aplicação da lei orçamentária;

V – o cumprimento das decisões judiciais.

Art. 80. A acusação poderá ser feita:

I – pela Loja;

II – pelo Deputado Federal;

III – pelo Procurador Geral.

Art. 81. Considerada procedente a acusação, respeitado o contraditório, será ela submetida à apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Parágrafo único. O *quorum* mínimo exigido para a admissão da acusação contra o Grão-Mestre Geral será de dois terços dos Deputados Federais presentes na sessão, observada a presença mínima de um terço dos membros da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Art. 82. As normas processuais e de julgamento do Grão-Mestre Geral serão estabelecidas por lei.

CAPÍTULO III Do Grão-Mestre Geral Adjunto e do Conselho Federal

Art. 83. O Grão-Mestre Geral Adjunto é o substituto do Grão-Mestre Geral e preside o Conselho Federal.

Art. 84. O Conselho Federal, órgão consultivo e de assessoramento é um colegiado, presidido pelo Grão-Mestre Geral Adjunto constituído de trinta e três Mestres Maçons regulares, que tenham, no mínimo, cinco anos no grau, nomeados pelo Grão-Mestre Geral e se reúne bimestralmente, ou extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pelo Grão-Mestre Geral, e tem o tratamento de Ilustre.

Art. 85. A administração do Conselho Federal é presidida pelo Grão-Mestre Geral Adjunto, e é composta por um Vice-Presidente, um Secretário e três Comissões Permanentes, eleitos entre si.

§ 1º O cargo de Secretário terá adjunto.

§ 2º As Comissões Permanentes do Conselho Federal são as de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Orçamento e Finanças.

§ 3º O mandato da Administração do Conselho Federal é de um ano, permitidas reeleições.

Art. 86. Compete ao Conselho Federal:

- I – eleger, anualmente, sua Administração e Comissões;
- II – elaborar e atualizar seu Regimento Interno;
- III – apreciar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Grande Oriente do Brasil;
- IV – apreciar e emitir parecer sobre o balancete e o acompanhamento da execução orçamentária mensal do Grande Oriente do Brasil;
- V – apreciar e emitir parecer sobre a validade dos Estatutos das Lojas;
- VI – emitir parecer sobre fusão de Lojas;
- VII – apreciar e emitir parecer sobre questões administrativas levantadas por Loja, Delegacia, Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, inclusive os recursos relativos à *placet ex-officio*;
- VIII – propor ao Grão-Mestre Geral a concessão de indulto ou a comutação de sanção imposta a Maçom ou a Loja;
- IX – propor regulamentação para confecção e o uso de insígnias e paramentos das Dignidades da Federação.

X – elaborar projeto normativo, com especificações pormenorizadas, para a confecção de certificados, diplomas e cartas constitutivas previstos na legislação do Grande Oriente do Brasil.

Art. 87. As decisões do Conselho Federal serão tomadas sempre por maioria simples, e o *quorum* mínimo exigido para as sessões é de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. Os pareceres e propostas cometidos ao Conselho Federal serão submetidos à apreciação do Grão-Mestre Geral.

CAPÍTULO IV Das Secretarias Gerais

Art. 88. As Secretarias Gerais são órgãos administrativos do Grande Oriente do Brasil.

Art. 89. As Secretarias Gerais são:

I – de Administração e Patrimônio;

II – da Guarda dos Selos;

III – das Relações Maçônicas Exteriores;

IV – do Interior, Relações Públicas, Transporte e Hospedagem;

V – de Educação e Cultura;

VI – de Finanças;

VII – de Previdência e Assistência;

VIII – de Orientação Ritualística;

IX – de Planejamento;

X - de Entidades Paramaçônicas;

XI – de Comunicação e Informática;

XII – de Gabinete.

Art. 90. O Regulamento Geral da Federação disciplinará a competência das Secretarias Gerais.

CAPÍTULO V Da Suprema Congregação da Federação

Art. 91. A Suprema Congregação da Federação é o órgão consultivo de mais alto nível do Grande Oriente do Brasil, cuja competência será estabelecida no Regulamento Geral da Federação.

Art. 92. A Suprema Congregação da Federação tem a seguinte composição:

I - Grão-Mestre Geral, que a preside;

II - Grão-Mestre Geral Adjunto;

III - Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa;

IV - Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;

V - Presidente do Superior Tribunal de Justiça;

VI - Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal;

VII - Presidente do Superior Tribunal Eleitoral;

VIII - Procurador-Geral;

IX - Secretário Geral de Gabinete, que exercerá o cargo de secretário.

Parágrafo único. A convocação da Suprema Congregação da Federação será efetuada pelo Grão-Mestre Geral ou pela metade mais um dos seus Membros.

CAPÍTULO VI Das Relações Maçônicas

Art. 93. O Grande Oriente do Brasil deverá manter e ampliar relações de mútuo reconhecimento e amizade com outras Potências Maçônicas.

CAPÍTULO VII Dos Títulos e Condecorações Maçônicas

Art. 94. O Grande Oriente do Brasil poderá agraciar Lojas, Maçons e não Maçons com títulos e condecorações, nos termos da Lei.

CAPÍTULO VIII Do Ministério Público Maçônico

Art. 95. São membros do Ministério Público do Grande Oriente do Brasil o Procurador-Geral, os SubProcuradores Gerais, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os SubProcuradores dos Estados e do Distrito Federal e os Oradores das Lojas da Federação, observada a competência nas suas jurisdições.

Art. 96. O Ministério Público Maçônico do Grande Oriente do Brasil é presidido pelo Procurador-Geral, ao qual se subordinam três Sub-Procuradores Gerais, todos nomeados pelo Grão-Mestre Geral, depois de aprovados seus nomes pela Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 1º O Procurador-Geral e os Subprocuradores Gerais serão escolhidos entre Mestres Maçons de reconhecido saber jurídico e sólida cultura maçônica e seus nomes serão submetidos à apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa, acompanhados dos respectivos currículos maçônicos e profissionais;

§ 2º Os mandatos do Procurador-Geral e dos Sub-Procuradores Gerais extinguir-se-ão com o término do mandato do Grão-Mestre Geral, podendo ser demitidos *ad nutum*.

Art. 97. Compete ao Ministério Público:

I – promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda desta Constituição, do Regulamento Geral da Federação e das leis ordinárias;

II – denunciar os infratores da lei maçônica aos órgãos competentes;

III – representar ou oficiar, conforme o caso, ao Supremo Tribunal de Justiça a arguição de inconstitucionalidade de lei e atos normativos do Grande Oriente do Brasil e dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal.

IV – defender os interesses do Grande Oriente do Brasil em questões maçônicas e de âmbito não maçônico;

Parágrafo único. Quando as circunstâncias assim o exigirem, autorizado pelo Grão-Mestre Geral, o Procurador Geral poderá indicar advogado não Maçom, que será contratado pelo Grão-Mestrado Geral, para defender os interesses do Grande Oriente do Brasil, em contencioso de âmbito externo;

TÍTULO VI
Do Poder Judiciário
CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 98. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I – Supremo Tribunal de Justiça;

II – Superior Tribunal de Justiça;

III – Superior Tribunal Eleitoral;

IV – Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V – Tribunais Eleitorais dos Estados e do Distrito Federal;

VI – Conselhos de Família;

VII – Oficinas Eleitorais.

Art. 99. Compete aos Tribunais:

- I – eleger seus presidentes e demais componentes de sua direção;
- II – elaborar seus Regimentos Internos e organizar serviços auxiliares;
- III – conceder licença a seus membros e seus auxiliares;
- IV – manter, defender, guardar e fazer respeitar a Constituição, o Regulamento Geral da Federação e demais leis ordinárias;
- V – processar e julgar todas as infrações de sua competência;
- VI – assegurar o princípio do contraditório e do devido processo legal, proporcionando às partes a mais ampla defesa;
- VII – decidir as controvérsias de natureza maçônica entre Maçons, entre estes e Lojas, entre Lojas e entre elas e o Grande Oriente do Brasil, Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 100. A ação da justiça maçônica é independente e será exercida em todos os órgãos da Federação. A Lei definirá as infrações, cominará as sanções e fixará as regras processuais.

Art. 101. Nas controvérsias de natureza maçônica, cuja situação conflitiva somente possa ser dirimida por meio do judiciário não maçônico, podem as partes adotar o juízo arbitral maçônico.

Parágrafo único. O processo submetido a juízo arbitral obedecerá, no que for aplicável, às disposições concernentes às leis brasileiras.

Art. 102. Os Juízes e Ministros dos Tribunais gozarão de imunidade quanto a delitos de opinião, desde que em função de exercício do respectivo cargo.

CAPÍTULO II
DOS TRIBUNAIS DO PODER CENTRAL
SEÇÃO I
Do Supremo Tribunal de Justiça

Art. 103. O Supremo Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário, com sede em Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de nove Ministros e tem o tratamento de Excelso.

§ 1º Os Ministros serão nomeados pelo Grão-Mestre Geral, sendo:

- I – dois terços indicados pelo Grão-Mestre Geral e um terço pela Mesa Diretora da Soberana Assembléia Federal Legislativa;
- II – as indicações dos nomes de que trata o inciso anterior, acompanhadas dos respectivos currículos maçônicos e profissionais, serão submetidas à apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa;

§ 2º Os Ministros escolhidos dentre Mestres Maçons de reconhecido saber jurídico-maçônico servirão por um período de três anos, renovando-se anualmente o Tribunal pelo terço, permitidas reconduções.

Art. 104. Compete ao Supremo Tribunal de Justiça:

I – processar e julgar originariamente:

a) os seus membros, o Grão-Mestre Geral, o Grão-Mestre Geral Adjunto, os membros da Soberana Assembléia Federal Legislativa, os do Superior Tribunal de Justiça, os do Superior Tribunal Eleitoral e do Tribunal de Contas do Poder Central, o Procurador Geral e os Garantes de Amizade;

b) mandado de segurança, quando o coator for Tribunal ou autoridade mencionada na alínea anterior ou Tribunal de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal ou quando houver perigo de consumar-se a coação, antes que outro Tribunal possa conhecer do pedido;

II – fazer cumprir suas decisões.

III – julgar a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

IV – as ações rescisórias de seus julgados.

V – julgar em recurso ordinário:

a) mandado de segurança decidido em última instância pelo Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Eleitoral, quando denegatória a decisão;

VI – julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas pelos outros Tribunais:

a) quando a decisão for contrária a dispositivo constitucional;

b) quando se questionar sobre a validade de lei e atos normativos do Grande Oriente do Brasil, em face de dispositivos desta Constituição e a decisão recorrida negar aplicação à lei impugnada;

c) sobre expulsão imposta a Maçon;

d) sobre decisões do Superior Tribunal Eleitoral.

§ 1º O julgamento da ação de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, independerá do pronunciamento do Procurador-Geral, quando ele não o fizer no prazo que lhe compete cumprir.

§ 2º Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, o Supremo Tribunal de Justiça poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

SEÇÃO II

Do Superior Tribunal de Justiça

Art. 105. O Superior Tribunal de Justiça com sede em Brasília-DF e jurisdição em todo território nacional, compõem-se de nove Ministros e tem o tratamento de Colendo.

Art. 106. O Superior Tribunal de Justiça organiza-se nos moldes do Supremo Tribunal de Justiça, aplicando-se, no que couber, as disposições que são concernentes, inclusive sua composição, exigindo-se de seus membros conhecimentos jurídico-maçônicos.

Art. 107. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão indicados e nomeados com base nos mesmos critérios adotados para Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 108. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

a) os Secretários Gerais, os membros do Conselho Federal, os Sub-Procuradores Gerais, os Grão-Mestres dos Estados e seus Adjuntos, o Grão-Mestre do Distrito Federal e seu Adjunto, os Presidentes das Assembléias Estaduais Legislativas e do Distrito Federal, os Presidentes dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, os Delegados Regionais, os Membros e Dignidades das Lojas diretamente vinculadas ao Grande Oriente do Brasil.

b) as causas fundadas em Tratados do Grande Oriente do Brasil com Potência Maçônica;

c) as ações rescisórias de seus julgados;

d) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora não estiver sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça;

e) as causas entre os Grandes Orientes dos Estados ou do Distrito Federal e Lojas de sua respectiva jurisdição;

f) decidir os conflitos de jurisdição entre quaisquer dos Tribunais e os conflitos entre autoridades do Grande Oriente do Brasil e as dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal.

I – Julgar, em recurso ordinário:

a) – os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, quando denegatória a decisão;

b) – quando se contestar a validade de lei ou de ato normativo expedido pelos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, em face de lei do Grande Oriente do Brasil e a decisão recorrida julgar válida tal norma;

c) - quando da decisão recorrida, a interpretação da lei do Grande Oriente do Brasil invocada, for diversa da que lhe haja dado quaisquer dos outros Tribunais;

d) – as decisões dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal;

SEÇÃO III Do Superior Tribunal Eleitoral

Art. 109. O Superior Tribunal Eleitoral tem sede em Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de nove ministros e tem o tratamento de Colendo.

§ 1º Os Ministros serão nomeados pelo Grão-Mestre Geral, sendo:

I – Dois terços indicados pelo Grão-Mestre Geral e um terço pela Mesa Diretora da Soberana Assembléia Federal Legislativa;

II – As indicações dos nomes, de que trata o inciso anterior, acompanhadas dos respectivos currículos maçônicos e profissionais serão submetidas à apreciação da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

§ 2º Os Ministros escolhidos dentre Mestres Maçons, de reconhecido saber jurídico-maçônico, servirão por um período de três anos, renovando-se anualmente o Tribunal pelo terço, permitidas reconduções.

Art. 110. Ao Superior Tribunal Eleitoral compete:

I – a condução do processo eleitoral desde o registro de candidatos a Grão-Mestre Geral e Grão-Mestre Geral Adjunto, a apuração e a proclamação dos eleitos até a expedição dos respectivos diplomas;

II – a fixação da data única de eleição para Grão-Mestre Geral e Grão-Mestre Geral Adjunto;

III – o reconhecimento e as decisões das arguições de inelegibilidade e incompatibilidade do Grão-Mestre Geral, Grão-Mestre Geral Adjunto e dos Deputados Federais e Suplentes e eventual cassação;

IV - o julgamento dos litígios sobre os pleitos eleitorais na jurisdição, só podendo ser anulados pelo voto de dois terços de seus membros;

V – a diplomação dos Deputados à Soberana Assembléia Federal Legislativa;

VI - a condução do processo eleitoral para a escolha da Administração de Loja jurisdicionada diretamente ao Grande Oriente do Brasil e de seu Orador, bem como do respectivo Deputado Federal e seu Suplente, inclusive em data não compreendida no mês de maio.

VII – processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança, quando a autoridade coatora estiver sujeita à sua jurisdição;

VIII – processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança, quando a autoridade coatora for membro do Tribunal Eleitoral Estadual ou do Distrito Federal.

CAPÍTULO III
SEÇÃO I
Dos Tribunais de Justiça dos Estados
e do Distrito Federal

Art. 111. Os Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal terão um Tribunal de Justiça próprio, com jurisdição restrita à sua área territorial e o tratamento de Egrégio.

Art. 112. Os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal organizam-se nos moldes do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, no que couber, as disposições que lhe são concernentes, inclusive sua composição, exigindo-se de seus membros conhecimentos jurídico-maçônicos.

Art. 113. Os Juizes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal serão indicados e nomeados com base nos mesmos critérios adotados para Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. No Grande Oriente onde não haja disponibilidade suficiente de recursos humanos, poderão atuar como Juizes do Egrégio Tribunal de Justiça, para composição de *quorum*, Juizes do Tribunal Eleitoral do mesmo Grande Oriente.

Art. 114. Compete aos Tribunais de Justiça processar e julgar, originariamente, no âmbito de suas jurisdições:

I - seus membros, os Deputados das Assembléias dos Estados e do Distrito Federal, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, os SubProcuradores dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Conselhos dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, e os Secretários;

II - os membros das Lojas;

III - as ações rescisórias de seus julgados;

IV - os mandados de segurança, quando a autoridade coatora não estiver sujeita à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

SEÇÃO II
Dos Tribunais Eleitorais dos Estados e do Distrito Federal

Art. 115. Os Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal terão um Tribunal Eleitoral próprio, com jurisdição restrita à sua área territorial e o tratamento de Egrégio.

Art. 116. Os Tribunais Eleitorais dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, organizam-se nos moldes do Superior Tribunal Eleitoral, aplicando-se-lhes, no que couber, as disposições que lhe são concernentes, inclusive sua composição, exigindo-se de seus membros conhecimentos jurídico-maçônicos.

Art. 117. Os Juizes dos Tribunais Eleitorais dos Estados e do Distrito Federal serão indicados e nomeados com base nos mesmos critérios adotados para Ministros do Superior Tribunal Eleitoral.

Parágrafo único. No Grande Oriente onde não haja disponibilidade suficiente de recursos humanos, poderão atuar como Juízes do Tribunal Eleitoral, para composição de *quorum*, Juízes do Tribunal de Justiça do mesmo Grande Oriente.

Art. 118. Aos Tribunais Eleitorais dos Estados e do Distrito Federal compete:

I – a condução do processo eleitoral desde o registro de candidatos a Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, a apuração e a proclamação dos eleitos até a expedição dos respectivos diplomas;

II – a fixação da data única de eleição para Grão-Mestres dos Estados, do Distrito Federal e seus respectivos Adjuntos;

III – o reconhecimento e as decisões das arguições de inelegibilidade e incompatibilidade do Grão-Mestre Estadual, Grão-Mestre Estadual Adjunto e dos Deputados Estaduais e suplentes e eventual cassação;

IV – a diplomação dos Deputados às Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal;

V – o julgamento dos litígios sobre os pleitos eleitorais na jurisdição, só podendo ser anulados pelo voto de dois terços de seus membros;

VI – a condução do processo eleitoral para a escolha da Administração de Loja, seu Orador, seu Deputado Federal, Estadual ou Distrital e seus respectivos Suplentes, inclusive em data não compreendida no mês de maio.

VII – processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança, quando a autoridade coatora não estiver sujeita à jurisdição do Colendo Superior Tribunal Eleitoral.

Art. 119. Das decisões dos Tribunais Eleitorais Estaduais somente caberá recurso ao Superior Tribunal Eleitoral, quando:

I – forem proferidas contra expressa disposição de lei;

II – ocorrerem divergências na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

III – versarem sobre inelegibilidade e incompatibilidade ou expedição de diploma nas eleições de Deputados e seus Suplentes às Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal;

IV – denegar mandado de segurança.

SEÇÃO III Dos Conselhos de Família

Art. 120. A composição, competência e funcionamento do Conselho de Família, órgão constituído pelas Lojas para conciliar seus membros, será regulamentado por lei.

SEÇÃO IV
Das Oficinas Eleitorais

Art. 121. As Lojas, quando reunidas em sessão eleitoral denominam-se Oficinas Eleitorais.

Art. 122. Compete à Oficina Eleitoral, obedecidas as disposições da Lei e na forma que o Código Eleitoral Maçônico estabelecer, eleger:

I - as Dignidades da Ordem;

II - os Deputados à Soberana Assembléia Federal Legislativa e à Assembléia Estadual Legislativa e do Distrito Federal, bem como seus respectivos Suplentes;

III - sua Administração e seu Orador.

TÍTULO VII
Das Incompatibilidades e das Inelegibilidades
CAPÍTULO I
Das Incompatibilidades

Art. 123. São incompatíveis:

I – os cargos de qualquer Poder maçônico com os de outro Poder;

II – o cargo de Orador com o de membro de qualquer Comissão Permanente eleita;

III – o cargo de Tesoureiro e o de Hospitaleiro com o de membro da Comissão de Finanças ou de Contas;

IV – o cargo de Juiz com o de Ministro de qualquer Tribunal, ressalvado o caso de convocação para composição de *quorum*;

V – o cargo de Procurador-Geral com o de Procurador dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal e destes com qualquer cargo em Loja;

VI – o cargo de Dignidades em mais de duas Lojas ou em qualquer outro cargo fora delas;

VII – o mandato de Deputado Federal com o mandato de Deputado pelo Grande Oriente dos Estados ou do Distrito Federal;

VIII – cargos na Administração Federal, inclusive os Garantes de Amizade do Grande Oriente do Brasil perante Potências maçônicas estrangeiras, com cargos na Administração dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Excetua-se da proibição o Deputado que vier a ocupar cargo de Secretário e Conselheiro, quando convocado pelo respectivo Grão-Mestre do Grande Oriente do

Estado ou do Distrito Federal a que esteja jurisdicionada a Loja que representa, ocasião em que terá o respectivo mandato suspenso temporariamente.

§ 2º É vedada a nomeação para qualquer cargo ou função, de atual detentor ou ex-detentor de mandato, que tenha prestação de contas rejeitada.

CAPÍTULO II Das Inelegibilidades

Art. 124. É inelegível:

I – para os cargos de Grão-Mestre Geral e Grão-Mestre Geral Adjunto, o Mestre Maçom:

a) que não tiver exercido atividade maçônica ininterrupta no Grande Oriente do Brasil, como Mestre Maçom, nos últimos sete anos, pelo menos, contados da data limite para a candidatura;

b) que não esteja em pleno gozo de seus direitos maçônicos;

c) que não for brasileiro;

d) que tenha idade inferior a trinta e cinco anos;

e) que não tiver, nos últimos quatro anos anteriores à eleição, contados da data limite para a candidatura, pelo menos, cinquenta por cento de frequência em Loja Federada ao Grande Oriente do Brasil, a que pertença.

II – para os cargos de Grão-Mestre dos Estados e do Distrito Federal, bem como os respectivos Adjuntos, o Mestre Maçom:

a) que não tiver exercido atividade maçônica ininterrupta no Grande Oriente do Brasil, como Mestre Maçom, nos últimos cinco anos, pelo menos, contados da data limite para a candidatura;

b) que não esteja em gozo de seus direitos maçônicos;

c) que não for brasileiro;

d) que tenha idade inferior a trinta e cinco anos;

e) que não tiver, nos últimos três anos anteriores à eleição, contados da data limite para a candidatura, pelo menos, cinquenta por cento de frequência em Loja Federada ao Grande Oriente do Brasil, a que pertença.

III - para o cargo de Deputado, o Mestre Maçom:

a) que não tiver exercido atividade maçônica ininterrupta no Grande Oriente do Brasil, como Mestre Maçom, nos últimos três anos, pelo menos, contados da data limite para a candidatura e que não esteja em pleno gozo de seus direitos maçônicos;

b) que não tiver, nos últimos dois anos anteriores à eleição, contados da data limite para a candidatura, pelo menos, cinquenta por cento de frequência como membro efetivo da sua Loja, ressalvada a hipótese de Loja recém-criada, cuja frequência será apurada a partir do dia em que iniciar suas atividades.

IV – para Venerável de Loja, o Mestre Maçom:

a) que não tiver exercido atividade maçônica ininterrupta no Grande Oriente do Brasil, como Mestre Maçom, nos últimos três anos, pelo menos, contados da data limite para a candidatura e que não esteja em pleno gozo de seus direitos maçônicos;

b) que não tiver, no mínimo, nos últimos dois anos anteriores à eleição, cinquenta por cento de frequência como membro efetivo da Loja que pretende presidir, ressalvada a hipótese de Loja recém-criada, cuja frequência será apurada a partir do dia em que iniciar suas atividades.

§ 1º Estão dispensados de frequência, para os fins previstos neste artigo e isentos da frequência mínima estabelecida para fins de eleição, podendo, portanto, votar e ser votados: o Grão-Mestre Geral, o Grão-Mestre Geral Adjunto, os Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal, os Grão-Mestres Adjuntos dos Estados e do Distrito Federal, os Deputados Federais, Estaduais e Distritais.

§ 2º É vedada a candidatura, a qualquer mandato eletivo, de atual detentor ou ex-detentor de mandato que:

a) tenha prestação de contas rejeitada por irregularidade insanável ou por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se a questão estiver sendo apreciada pelo Poder Judiciário, com base em recurso interposto em prazo não superior a sessenta dias da data da rejeição havida;

b) não tenha prestado contas e que esteja sendo objeto de tomada de contas pela Assembléia da Loja, no caso de Venerável, pela Assembléia Legislativa do Estado ou do Distrito Federal, quando se tratar de Grão-Mestre do Estado ou do Distrito Federal e pela Soberana Assembléia Federal Legislativa, relativamente ao Grão-Mestre Geral;

TÍTULO VIII
Das Disposições Finais e Transitórias
CAPÍTULO I
Das Disposições Finais

Art.125. Casos omissos relativos à competência das autoridades maçônicas poderão ser supridos por meio de emenda ou de reforma constitucional, observado o processo legislativo previsto nesta Constituição, aplicando-se em outras hipóteses a legislação brasileira.

Art. 126. São Símbolos privativos do Grande Oriente do Brasil: a Bandeira, o Hino, o Selo e o Timbre Maçônicos.

Art. 127. A presença da Bandeira do Grande Oriente do Brasil e da Bandeira Nacional são obrigatórias em todas as sessões realizadas por Loja da Federação, independentemente do Rito por ela praticado.

Art. 128. Todos os Rituais Especiais e Simbólicos dos Ritos adotados no Grande Oriente do Brasil serão por este editados e expedidos para as Lojas da Federação, devidamente autenticados.

Art. 129. São mantidos os tratados, convênios e os protocolos de intenção firmados pelo Grande Oriente do Brasil na vigência das Constituições anteriores.

Art. 130. Os Garantes de Amizade das Potências maçônicas amigas junto ao Grande Oriente do Brasil, e deste junto àquelas, gozam de prerrogativas e imunidades inerentes ao alto cargo que ocupam.

Art. 131. Os cargos eletivos, bem como de nomeação ou de designação, serão exercidos gratuitamente e seus ocupantes não receberão do Grande Oriente do Brasil nenhuma remuneração.

Art. 132. Os Maçons não respondem individualmente por obrigações assumidas pela Instituição.

Art. 133. O titular de qualquer cargo cujo mandato tenha chegado a termo, no caso de não existência do substituto legal, permanecerá em exercício até a posse de seu sucessor, exceto no caso dos Deputados Federais, Estaduais e Distritais, do Grão-Mestre Geral, do Grão-Mestre Geral Adjunto, dos Grão-Mestres dos Estados e do Distrito Federal, dos Grão-Mestres Adjuntos dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 134. A extinção do Grande Oriente do Brasil só poderá ocorrer se o número de suas Lojas reduzir-se a menos de três.

§ 1º Em caso de extinção do Grande Oriente do Brasil, seus bens serão doados à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Nacional e ao Patrimônio Histórico Nacional da República Federativa do Brasil.

§ 2º A extinção de que trata o presente artigo só poderá ser decidida pelo voto, no mínimo, de dois terços dos membros das Lojas remanescentes, em sessão especial, convocada para esse fim.

Art. 135. São oficialmente considerados feriados maçônicos dia dezessete de junho, como o Dia Nacional do Grande Oriente do Brasil e o dia vinte de agosto, como Dia do Maçom.

Art. 136. As férias maçônicas ocorrem no período de vinte e um de dezembro a vinte de janeiro do ano seguinte e optativamente, a critério das Lojas, no mês de junho ou julho.

Art. 137. O Maçom desligado de outra Potência maçônica poderá filiar-se ao Grande Oriente do Brasil, mediante regularização, em uma das Lojas da Federação, e contará o tempo de atividade exercido na potência de origem.

Art. 138. Ficam mantidas e reconhecidas a Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, a Federação Nacional de Lowtons e a Ação Paramaçônica Juvenil. Essas entidades ficarão sob a tutela administrativa da Secretaria Geral para Entidades Paramaçônicas, bem como outras associações assemelhadas que venham a ser criadas ou reconhecidas no âmbito do Grande Oriente do Brasil.

Parágrafo único. Fica expressamente reconhecida, para todos os fins de direito, a Ordem DeMolay e a Ordem Internacional das Filhas de Jó.

Art. 139. As Instituições cujas finalidades sejam compatíveis com os princípios da Maçonaria e exerçam, de fato, atividades benéficas à comunidade, poderão ser reconhecidas de utilidade maçônica, por decisão da Soberana Assembléia Federal Legislativa, só podendo ser subvencionadas no caso de seus Estatutos terem sido registrados, através do Conselho Federal, na Secretaria Geral da Guarda dos Selos.

Art. 140. Atos normativos administrativos infralegais somente estarão aptos à produção de efeitos jurídicos se forem expedidos com base em competência expressa e devidamente prevista nesta Constituição.

Art. 141. Continua em vigor a legislação existente, no que não contrariar esta Constituição.

Art. 142. A Lei definirá infrações maçônicas, estabelecendo sanções e o seu processo.

CAPÍTULO II Das Disposições Transitórias

Art. 143. As Lojas da Federação, os Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, e todos os órgãos do Grande Oriente do Brasil deverão adaptar suas Constituições, Estatutos e Regimentos Internos a esta Constituição e ao novo Regulamento Geral da Federação.

Art. 144. Após promulgada a Constituição e o Regulamento Geral da Federação, o Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa designará, em sessenta dias, comissões de Maçons para elaborarem no prazo de um ano, a contar da data da designação, os respectivos anteprojetos do Código Disciplinar Maçônico, do Código Processual Maçônico e do Código Eleitoral Maçônico.

Art. 145. Ficam respeitados os atuais mandatos dos membros do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, bem como do Tribunal de Contas e os da Soberana Assembléia Federal Legislativa.

Art. 146. A Delegacia Regional do Estado do Acre, promulgada a presente Constituição, passará a constituir-se como Grande Oriente do Estado do Acre.

Art. 147. O Conselho Federal elaborará projeto para o estabelecimento de normas protocolares a serem observadas quando da realização de sessões magnas reservadas ou públicas, bem como por ocasião de festas e banquetes, organizados pelo Grande Oriente do Brasil, pelos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal e pelas Lojas;

Art. 148. A presente Constituição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Assembleia Federal Constituinte
JAYME HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS - ES

Presidente da Comissão Constituinte
DIVINO OMAR STAUT GAMBARELLA - SP

Relator
LUCIANO FERREIRA LEITE – SP

MEMBROS DA COMISSÃO CONSTITUINTE	
ADEMIR CÂNDIDO DA SILVA	<i>SP</i>
CARLOS ANTONIO FONTES	<i>MG</i>
FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS	<i>PI</i>
GERMANO MOLINARI FILHO	<i>MS</i>
JOÃO PESSOA DE SOUZA	<i>GO</i>
JONACY SANT'ANA DE MORAES	<i>ES</i>
JOSÉ DALTON GOMES DE MORAES	<i>SP</i>
JOSÉ MARIA BASILIO DA MOTTA	<i>RJ</i>
JULIO CAPILÉ	<i>DF</i>
LUIZ SÉRGIO DE SOUZA SILVA	<i>RJ</i>
MANIR HADDAD	<i>SP</i>
MANOEL RODRIGUES DE CASTRO	<i>RJ</i>
MARCELO VIDA DA SILVA	<i>SP</i>
NESTOR PORTO DE OLIVEIRA NETO	<i>RJ</i>
RIVAIL FRANÇA	<i>MG</i>
ZANDERLAN CAMPOS DA SILVA	<i>GO</i>